

**POLÍTICAS DE COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO: LEITURA SOBRE OS
PRIMÓRDIOS E A VISÃO DOS PIONEIROS
DA *INFORMATION LITERACY***

Elisabeth Adriana Dudziak

A descrença percorreu a plateia reunida para a Conferência de Orientação Bibliográfica da Library of Orientation Exchange (LOEX),¹ quando a bibliotecária Patrícia Senn Breivik abriu seu discurso com uma declaração chocante: “minha incapacidade em defender a orientação bibliográfica me torna uma palestrante inapropriada”. Era abril de 1989 e os presentes se perguntavam o que, de fato, estava acontecendo.

¹ A Library of Orientation Exchange é uma organização sem fins lucrativos, dedicada à orientação bibliográfica e à competência em informação. Foi fundada em 1971, após a Primeira Conferência Anual sobre Orientação Bibliográfica realizada na Universidade de Michigan Oriental, Estados Unidos.



Uma ferrenha defensora das bibliotecas, comparável talvez apenas ao eminente Evan Farber ou mesmo à sua colega Carol Kuhlthau, a bibliotecária Patrícia Breivik expressou sua insatisfação com os limites da atuação bibliotecária. Agora ela acreditava não ser mais possível ignorar o quanto a competência em informação (*information literacy*) se tornara primordial. (BELL, 2014)

INTRODUÇÃO

O caminho mais efetivo para a compreensão de um tema, conceito, prática ou política é conhecer seus antecedentes e o contexto em que emergiram e se desenvolveram. Acima de tudo, observa-se a interconexão entre problemas, políticas públicas e a política. Enquanto a política estrutura-se em um nível essencialmente ideológico e coletivo, as políticas são processos mais técnicos, dinâmicos e complexos (WEINER, 2011) estruturados com o propósito de atender a necessidades sociais e econômicas identificadas por meio de problemas. Classificar uma situação como um problema não é algo trivial e depende de uma percepção acurada, interpretação, reflexão, julgamento e decisão.

O objetivo deste capítulo é realizar uma leitura contextualizada da trajetória social, econômica e política que conduziu ao estabelecimento de um novo regime de informação nos Estados Unidos que, por sua vez, resultou nas políticas norte-americanas elaboradas sobre a competência em informação. O percurso histórico, ainda que não exaustivo, é construído por meio de documentos publicados em torno do tema em seus primórdios e a descrição da sucessão de acontecimentos que antecederam o notável “Relatório do Comitê Presidencial da Competência em Informação”,² da American Library Association (ALA) de 1989.

2 “Presidential Committee on Information Literacy”.

ANTECEDENTES – CENÁRIO INFORMACIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Era véspera de Natal de 1942 quando o presidente Roosevelt dos Estados Unidos da América assinou a primeira reforma legal sobre a coleta de informações e papelada oficial, na forma da Lei Federal de Relatórios. Esperava-se que a lei resultasse na melhoria da coordenação do serviço de informação, a partir da eliminação de duplicidades, redução de custos de gestão e fornecimento de informações para os órgãos federais. A quantidade e a complexidade das informações eram absurdas. Contudo, a origem da situação era antiga.

O advento da Primeira Guerra Mundial e da depressão econômica em grande escala causou extrema turbulência nas funções do governo dos Estados Unidos. Para lidar com os problemas da crise financeira e da guerra, novas agências federais foram sendo criadas quase que diariamente. A fim de mensurar a dimensão dos problemas, bem como identificar quem exatamente estava sendo afetado negativamente, estas agências aprovaram estratégias federais para a coleta de informações estatísticas por parte dos cidadãos, empresas e indústrias. Além dos problemas econômicos, as agências também tiveram que acompanhar as estatísticas de produção para o esforço de guerra.

Ainda que muitas atividades estivessem concentradas nas agências governamentais, as bibliotecas também fizeram sua parte, ao colocar seus serviços para o público adulto, que necessitava de informação, capacitação e apoio na busca por empregos.³

Entretanto, cursos de orientação bibliográfica (*bibliographic instruction*) eram praticamente inexistentes, a não ser por algumas iniciativas que ocorriam nas universidades. Em sua maior parte, os cursos voltados à orientação bibliográfica restringiam-se ao ensino de técnicas de pesquisa em biblioteca

3 Datam da década de 1920 diversos estudos sobre o papel social das bibliotecas. Em 1924, o estudo “The American Public Library and the Diffusion of Knowledge” estabeleceu vários parâmetros de atendimento às necessidades do público e em 1926, o Relatório da ALA sobre a educação de adultos aproximou definitivamente o público e a classe trabalhadora das bibliotecas públicas.



(*library instruction*). Por volta de 1920, qualquer tipo de orientação bibliográfica era rara, (GILTON, 2008) e esta situação permaneceria inalterada até depois da década de 1960, com baixo impacto nas bibliotecas.

De qualquer forma, ao longo das décadas de 1930 e 1940 as bibliotecas se fortaleceram como agentes apoiadores dos esforços de guerra (*LIBRARIES AND THE WAR*, 1942) e como local de educação de adultos. Tal presença levou, entre outras coisas, à valorização da biblioteca na educação e à expansão do número de bibliotecas públicas em todo o país, especialmente na área rural.

Acontecia o auge da prosperidade financeira do pós-guerra, o que possibilitou a expansão das bibliotecas e de seus acervos. Em tal situação, foi necessário deslocar pessoas para o desenvolvimento de coleções e tratamento da informação.

Com os anos 1950 chegando ao fim, a ALA passa por extensa reformulação. Uma nova geração surgia, a geração dos filhos do “baby boom”, e com ela o prenúncio da efervescência dos anos 1960 e 1970.

DÉCADAS DE 1960 E 1970 – EFERVESCÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER

Os problemas com as informações governamentais persistiram até que, em 1960, o Gabinete de Orçamento convidou 25 agências federais, incluindo os Departamentos de Agricultura, Educação e de Trabalho, para realizar uma avaliação das práticas de gerenciamento de informações, do período de 1950 a 1960. Após a análise da situação, o Gabinete recomendou então a simplificação dos relatórios, única maneira de reduzir os custos. A confiabilidade das informações nem chegou a ser discutida.

Em 1962, a ALA organiza uma exposição futurista na Feira Mundial de Seattle denominada “Library-21” e projetada principalmente para vislumbrar o papel da tecnologia nas bibliotecas do futuro.

Embora o governo americano tivesse atuado em diversas frentes relacionadas à educação de adultos ao longo de sua história, somente na adminis-

tração Kennedy (década de 1960) a pobreza e o analfabetismo se tornaram uma preocupação. Sobre os esforços de Kennedy, o então presidente Lyndon Johnson e um congresso simpático a essas ideias lançou uma série de programas para acabar com a pobreza e aumentar o papel do governo federal na melhoria da educação. Como resultado desse esforço, em novembro de 1966, a primeira lei nacional relacionada à educação de adultos, *Adult Education Act*⁴ foi aprovada.

Nesse contexto, Forester Woody Horton Jr.,⁵ que havia atuado em várias agências governamentais, assumiu as atividades da Comissão de Avaliação dos Papéis Federais.

Horton, que começara sua carreira no exército americano no final dos anos 1950, tornou-se analista de pesquisa de operações e, mais tarde, chefe dos sistemas automatizados da Divisão de Processamento de Dados/Gestão da Informação do governo americano. Após servir no Vietnã, assumiu o cargo de Diretor de Estudos para a Comissão do Congresso responsável pelos papéis federais.

Chefiando uma pequena equipe de investigação na Comissão de Avaliação dos Papéis Federais, Forester Woody Horton Jr. observou que dois fatos independentes começaram a ocorrer concomitantemente:

- Enquanto a Comissão de Redução da Burocracia do governo investigava formas de reduzir os encargos burocráticos sobre a população, o conceito de gestão de recursos de informação – Information Resources Management (IRM) – também se desenvolvia. Ganhava força a ideia de que a informação era um recurso organizacional e, como tal, deveria ser planejado, gerenciado e controlado como qualquer outro recurso.
- Por outro lado, o público, em geral, não estava disposto, e mesmo relutava, em custear bens e serviços de informação. Excetuando-se os profissionais altamente qualificados, a maioria das pessoas “comuns” não tinha aprendido na escola ou no trabalho como pesquisar, organizar e utilizar informações de forma eficiente e eficaz. Tampouco entendia por que a informação deveria ser considerada como um bem valorizado e caro

4 Disponível em: <http://www.naepdc.org/issues/AEAHistort.htm>.

5 Entrevista concedida à autora.



a ser paga a um preço justo no mercado. De modo geral, havia uma grande confusão sobre o que era “custo”, “valor” e “preço”. Em outras palavras, para a maior parte das pessoas “comuns”, a informação era um bem gratuito.

Dessa forma, a necessidade da gestão da informação e o reconhecimento de seu custo e valor suscitavam preocupações. Do ponto de vista governamental, a informação era, mais do que nunca, sinônimo de poder. O advento da Guerra Fria delimitou um cenário no qual a gestão dos recursos informacionais e dos meios de comunicação era primordial. Na emergente era da informação, a gestão da informação começou a ser altamente valorizada, como recurso e como ativo de alto custo.

Como resultado dessas demandas, em 1966 foi publicada a lei federal norte-americana de acesso à informação por meio do *Freedom of Information Act*, uma lei que dá acesso, com algumas exceções, aos documentos e registros sobre as funções, procedimentos, políticas, decisões e operações dos departamentos do governo federal e agências. Do ponto de vista da população (e dos gestores de bibliotecas), o acesso à informação era primordial.

Ainda em 1966, o Presidente Lyndon Johnson nomeou uma Comissão Nacional Consultiva de Bibliotecas. Essa Comissão tinha por objetivo realizar um estudo detalhado e uma avaliação do papel das bibliotecas como provedoras de recursos para as atividades acadêmicas, como centros para a disseminação do conhecimento, e como componentes dos sistemas nacionais de informação em evolução. Outras responsabilidades incluíam a avaliação dos programas de financiamento e das agências públicas ligadas às bibliotecas. A Comissão também tinha a tarefa de fazer recomendações para o governo e para as agências privadas para garantir um sistema de biblioteca eficaz e eficiente para a Nação. Em última instância, recomendou a criação de uma comissão nacional – a National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS) – que atuaria como uma agência de planejamento federal.

Finalmente, em 1970, as recomendações da Comissão Consultiva Nacional foram incorporadas à legislação, com a criação da Comissão Nacional de

Bibliotecas e Ciência da Informação – National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS)⁶ –, uma agência permanente, independente do governo federal dos Estados Unidos.

Nessa mesma época, Evan Farber, bibliotecário norte-americano, inspirado por outros bibliotecários, iniciou um programa de orientação bibliográfica na pequena faculdade em que atuava. O programa mostrou-se tão bem-sucedido que Farber fez uma apresentação para a American Library Association em 1969, em um momento de expressiva mudança geracional na direção da entidade. Um movimento nacional em grande escala voltado à orientação bibliográfica teve início, baseado no ímpeto de bibliotecários mais jovens que não ocupavam cargos elevados nas bibliotecas. Juntaram-se a esta “cruzada” bibliotecários como Hannelore Rader, Carla Stoffle, Sharon Hogan e Miriam Drake. (GILTON, 2008)

De fato, as convulsões sociais e outros eventos da década de 1960 e 1970 teriam muitos efeitos sobre bibliotecas. A Guerra do Vietnã, o Movimento Feminista e o Black Power, bem como a luta pelos direitos civis afetaram as bibliotecas de diferentes formas. Foi uma época de ouro para as bibliotecas escolares e para as bibliotecas públicas. A ideia de construir um movimento nacional de incentivo à educação na biblioteca e uso da informação em bibliotecas acadêmicas começava a tomar corpo. (GILTON, 2008)

Corroborando com esse direcionamento, na primavera de 1971 é fundada a LOEX,⁷ e sua primeira conferência First Annual Conference on Library Orientation (Michigan, EUA).

Nesse contexto, Horton foi contratado como consultor independente pela Information Industry Association. Era início dos anos 1970, e Horton viria a trabalhar nos anos que viriam bem próximo ao então presidente da Associação, Paul G. Zurkowski, desenvolvendo várias atividades em conjunto. A Associação, criada em 1968 para atender às necessidades de fornecedores de informação, congregava editoras como Encyclopaedia

6 A National Commission on Libraries and Information Science foi criada em 1970 pela Lei PL 91-345. Entre 1973 e 2000, a NCLIS publicou pelo menos 10 relatórios sobre bibliotecas públicas.

7 Disponível em: <http://www.loex.org/>.



Britannica, John Wiley & Sons, McGraw-Hill, New York Times, RCA, Xerox, entre outras empresas.

Advogado por profissão e profissional da informação por vocação, Zurkowski tinha interesse em temas como propriedade intelectual e direitos autorais. Seus estudos defendiam a disponibilização das informações publicadas em diferentes suportes. Em 1971, Zurkowski já havia publicado um relatório sobre as questões de propriedade intelectual e direitos de divulgação.⁸

Segundo Zurkowski (1971), a indústria da informação é uma indústria construída em torno do produto mais antigo do homem: a informação é abundante, ainda que o tratamento da informação (acesso e organização) não estejam plenamente disponíveis, pelo menos em grau proporcional. Anos mais tarde, Zurkowski relembriaria os anos 1970 como um divisor de águas.

Quando as empresas do ramo de publicação descobriram que a informação poderia ser produzida em um formato legível por máquina, compreenderam que a informação poderia ser entregue em diferentes suportes. Eu pude acompanhar os esforços empreendidos pelas empresas do ramo de publicação em prol das mudanças dos suportes informacionais. Durante o quinto ano da Associação, a participação das empresas chegou a 200 membros. A população como um todo deveria ser preparada para a utilização desses novos serviços e suportes. Então eu escrevi à Comissão pedindo a universalização da educação em competência em informação. Nessa fase, bem antes dos telefones celulares, computadores de mesa, ou qualquer uma das tecnologias que temos hoje, o acesso a esses serviços era realizado a partir de grandes computadores, exigindo um conjunto de habilidades muito específicas dos usuários. (KELLY, 2013)

8 *Motion of Information Industry Association for Leave to File Brief Amicus Curiae and Brief of Information Industry Association Amicus Curiae [in the Case of Donald Goldstein et. al. v. State of California, in the Matter of State vs. Federal Copyright Infringement Remedies.] In the Supreme Court of the United States, October Term, 1971.* Disponível em: <<http://eric.ed.gov/?id=ED068106>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

Ainda que estivesse à frente da Associação da Indústria da Informação,⁹ somente em novembro de 1974 Zurkowski ganharia notoriedade. A publicação do relatório *The Information Service Environment Relationships and Priorities. Related Paper N.º 5* da Comissão Nacional de Bibliotecas e de Ciência da Informação, de sua autoria, causaria mudanças profundas na compreensão da relação entre sociedade e informação.

Discutindo as ligações entre a indústria da informação e as bibliotecas, Zurkowski identificou categorias de recursos de informação do setor privado e forneceu exemplos de situações que retratavam um momento de transição. Os tradicionais vínculos entre as bibliotecas e a indústria da informação estavam mudando. Era necessário priorizar o desenvolvimento da competência em informação como estratégia nacional e ele sugeria o estabelecimento de um programa nacional de universalização da competência em informação, a ser completado até 1984.

No prólogo de seu notório Relatório de 1974, Zurkowski (1974, p. 4) afirmava que “informação não é conhecimento; são conceitos ou ideias que entram em um campo pessoal de percepção, são avaliados e assimilados reforçando ou alterando o conceito de realidade do indivíduo e/ou sua capacidade de agir”. Para ele, o excesso de informação é uma condição universal que compromete nossa capacidade de avaliação. O desenvolvimento da competência em informação era a resposta.

As pessoas treinadas na aplicação dos recursos de informação para o seu trabalho podem ser chamados de competentes em informação (information literates). Aprenderam técnicas e possuem habilidades para utilizar a ampla gama de ferramentas e fontes primárias de informação para moldar soluções de informação para os seus problemas. (ZURKOWSKI, 1974, p. 6)

A crescente sofisticação dos serviços bibliotecários demandados pelas agências governamentais e órgãos ligados à educação criavam pressão sobre o desempenho das bibliotecas. Novos modelos e práticas eram requeridos.

9 Criada entre 1968 e 1969, a Associação da Indústria da Informação contava inicialmente com 70 companhias-membro. Até 1974 somava mais de 200 associados.



Enquanto a visão dos bibliotecários se expandia para além das atividades tradicionais, no campo da comunicação outros profissionais externalizavam suas expectativas. Em artigo intitulado “An Alternative to News”, de 1976, Cees J. Hamelink, que era professor de comunicação da Universidade de Amsterdam, reforçava a necessidade de criar um programa de competência em informação.

Ainda em 1976, o Major R. Owens, bibliotecário, ativista afro-americano e senador, publica o artigo intitulado “State Government and Libraries”, onde destaca, entre outras coisas, a importância da competência em informação para a democracia. Nesse mesmo ano, Lee G. Burchinal publica o relevante trabalho *The Communications Revolution: America's Third Century Challenge* onde afirma que a competência em informação vai além do letramento/alfabetização, pois inclui a utilização eficiente e eficaz da informação e inclui também o uso de computadores para buscar e localizar informações em bases de dados.

No ano seguinte, 1977, é publicada a Lei P.L. 95-220, a Federal Program Information Act, que estabeleceu a base para os dados dos programas norte-americanos de assistência doméstica. Patricia Senn Breivik (1977) publica o artigo “Resources: The Fourth R”. Assumindo a correlação entre o uso de biblioteca e o desempenho acadêmico, Breivik (1977) defendia a ideia de que as faculdades deveriam promover maior uso da biblioteca e conscientizar professores e alunos sobre a importância da instrução bibliográfica. Adepta do aprendizado baseado em recursos (*resource-based learning*), Breivik se opunha à utilização maciça de livros texto. Nos anos que viriam, Patricia assumiria diversas posições de liderança frente a várias instituições ligadas à biblioteconomia e à ciência da informação.

Nesse mesmo ano, é criada a Library Instruction Round Table (LIRT) da ALA, voltada à defesa da instrução no uso das bibliotecas. Tinha como objetivos:

- proporcionar um fórum de discussão sobre o uso da biblioteca;
- contribuir para a educação e formação de bibliotecários para a instrução de uso da biblioteca;

- promover instruções sobre a utilização das bibliotecas como um serviço essencial;
- servir como um canal de comunicação de instrução de uso da biblioteca.

Em 15 de setembro de 1979 é publicado número especial da revista *Library Journal*, totalmente dedicado a discutir a informação na América. O ponto focal era a The White House Conference on Library and Information Science em Washington (DC), que seria realizada em novembro de 1979. O número especial trazia artigos sobre a política nacional de informação, os programas federais de bibliotecas, novos fluxos de informação, o manifesto dos bibliotecários e as visões da NCLIS sobre o futuro.

A disponibilização da informação, o acesso, a privacidade, a gestão, criação, precificação, estrutura de mercado e internacionalização da informação foram os oito pontos destacados das políticas de informação (*The Politics of Information*) propostas. A influência da informação na sociedade foi ampliada pelo crescimento do uso de novas e sofisticadas tecnologias de informação.

Como parte integrante desse número especial, o artigo intitulado “Information and Economy” de Zurkowski, retoma as discussões e pontua que está em curso uma revolução da informação, capaz de mobilizar a sociedade e a economia a tal ponto, que seria comparável à Independência. “A revolução da informação é a segunda revolução americana. Recordamos as ideias e sua expressão que marcaram o início da revolução americana: a Declaração da Independência”. (ZURKOWSKI, 1979, p. 1802)

Sua argumentação se embasava na experiência adquirida à frente dos provedores de informação e em sua análise do emergente mercado da informação. A proliferação dos centros de informação operados por agências governamentais era a prova disso, assim como os serviços de suporte aos clientes. O desenvolvimento das telecomunicações também representava uma instância onde se estabelecia (e se requeria) o direito à comunicação. Como resultado dessa situação, a disciplina Gestão dos Recursos de Informação ganhava dia a dia mais adeptos no meio corporativo, governamental e acadêmico. Ao final de seu artigo, conclamava a todos a redigirem uma



declaração que refletisse as necessidades da era da informação, seus custos e impacto na economia.

A comunidade de bibliotecários e cientistas da informação sempre foi, de certo modo, adversária da IIA, autodenominada integrantes da “indústria da informação” que, de fato, representava os interesses dos editores. Segundo Horton (2011, p. 265), muitos bibliotecários se ressentiam dos altos preços associados ao provimento de informações; ao menos as informações governamentais deveriam ser gratuitas. Dessa forma, a aceitação das ideias de Zurkowski não foi, a princípio, uma unanimidade.

“Managing the Information Revolution”, de autoria do Council of Library Resources, foi outro artigo publicado nesse número especial da revista *Library Journal*. Os autores reconheciam que, conforme o volume de informações aumentava, assim como seus usuários, ficava cada vez mais difícil manter o controle bibliográfico.

Nesse mesmo fascículo, o bibliotecário Robert S. Taylor (1979) estabeleceu o vínculo definitivo entre os bibliotecários e a competência em informação ao publicar o artigo “Reminiscing About the Future”, onde discutiu o futuro da profissão. Afirmava que a mudança na biblioteca era diretamente proporcional à sua integração a outros sistemas de informação. Essa afirmação foi, de fato, inovadora, uma vez que alterou o foco da atuação bibliotecária e das bibliotecas para além de seus muros. Ao descrever as novas competências requeridas aos bibliotecários, Taylor (1979) estabeleceu seis áreas para o futuro da educação de bibliotecários:

- organização da informação: foco fundamental da formação;
- ambiente da informação: seu contexto, dinâmica e processos sociais;
- mídias de informação: suas diversas formas, do impresso à imagem e ao som;
- sistemas e tecnologias: sua análise, *design*, avaliação da efetiva combinação entre pessoas, máquinas e informação;

- métodos de pesquisa: educação de consumidores críticos de pesquisa que resulta na formação de reais partícipes, não necessariamente geradores de pesquisa;
- gestão: que estabelece os laços entre todas as áreas anteriormente mencionadas.

OS ANOS DE 1980 – O INÍCIO DA ERA DA INFORMAÇÃO E DA TECNOLOGIA

Nos anos que se seguiram, muitos estudiosos e profissionais bibliotecários se dedicaram ao aprimoramento das atividades da atuação bibliotecária considerando a Era da Informação e a Sociedade de Aprendizagem.

Entretanto, a evolução do pensamento entre os profissionais da informação não se deu de modo uniforme e unívoco. Muitos profissionais mantinham ideias e ideais arraigados às antigas tradições que entendiam a atuação do bibliotecário como restrita à biblioteca. Persistiam práticas historicamente consolidadas de educação de usuários (*user education*), orientação bibliográfica (*bibliographic orientation*), instrução bibliográfica (*bibliographic instruction*), alfabetização em biblioteca (*library literacy*).

Retornando àquele período, convém esclarecer que a educação de usuários de bibliotecas era concebida como um processo de mudança comportamental em relação ao uso da biblioteca e seus sistemas, enquanto que a orientação e a instrução bibliográfica, bem como a alfabetização em bibliotecas eram atividades voltadas à assimilação de procedimentos de uso da biblioteca e seus recursos informacionais. Tais atividades tinham como foco o desenvolvimento do usuário de biblioteca. (GILTON, 2008)

Por outro lado, alguns bibliotecários já trabalhavam com o conceito de competência em informação, cujo foco era o desenvolvimento do usuário de informação. Iniciava-se assim, a expansão da atuação bibliotecária em relação ao público e à sociedade, para além dos limites da biblioteca.



Naquele momento, a tecnologia era vista, principalmente, como uma ferramenta para executar tarefas, algo essencial e relevante ao mundo dos negócios. Desta forma, a competência em informação seria alcançada por meio do desenvolvimento de habilidades e técnicas de uso eficaz e eficiente de tecnologias, ferramentas e recursos de informação. O objetivo primordial era maximizar a produtividade.

Resumindo estes novos desenvolvimentos, a revista *Time* escolheu o microcomputador como a “Máquina do Ano” de 1983. Isso chamou a atenção do público que lidava com computadores e tecnologias relacionadas. Até então o foco se dera no próprio desempenho dos computadores e os aspectos da programação. A partir do prêmio da revista *Time*, a atenção concentrou-se sobre no uso dos computadores para realizar tarefas e executar funções específicas. Por estas razões, não é surpresa que a alfabetização digital (*computer literacy*) tenha se destacado, ao mesmo tempo em que a competência em informação começou a se tornar mais popular.

Sintonizado com essas tendências, nesse mesmo ano, Horton Jr. publica, no ano de 1983, um artigo fundamental intitulado “Information Literacy versus Computer Literacy” no qual pontua uma dimensão emergente: a dimensão das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC). Por causa da tecnologia, um novo potencial de acesso e recuperação das informações se apresentava. A competência em informação, em oposição à competência computacional, implicava em elevar o nível de consciência dos indivíduos e empresas, assim como sua capacidade de resolução de problemas e tomada de decisão, em relação à explosão da informação e tecnologia disponível. Por ter atuado na área de processamento de dados, Horton sempre foi consciente da distinção entre a competência computacional (*computer literacy*) e a competência em informação (*information literacy*). Em suma, o desenvolvimento da competência em informação ia além dos conhecimentos de informática e dos computadores.

Nesta “nova era”, os conhecimentos de informática e de uso dos computadores não podiam mais ser interpretados como sinônimos da competência em informação. A Horton é creditado o lançamento das bases para a maioria das definições modernas de competência em informação.

A publicação do relatório *A Nation at Risk* (1983) serviu como um divisor de águas para fins da reforma pedagógica nos Estados Unidos. O documento defendia a ideia da “sociedade de aprendizagem” (*learning society*) em uma “era da informação”. Em função da nova realidade acelerada e diante das demandas do mercado do trabalho, que mais e mais exigia habilidades e conhecimentos específicos e alta produtividade, era necessário empreender uma revisão geral do sistema educacional e das práticas de ensino no país, a fim de priorizar o aprendizado ao longo da vida (*lifelong learning*).

A Nation at Risk proclamava que os Estados Unidos estavam em risco e que todas as crianças, independente da raça, classe ou *status* econômico, mereciam uma “oportunidade justa” de receber uma educação de qualidade. No entanto, nenhuma menção foi feita sobre o papel das bibliotecas ou dos bibliotecários neste movimento, apesar do fato dos bibliotecários se sentirem, desde sempre, parte integrante do processo educativo.

Em resposta ao relatório, em setembro de 1983, o Department of Education’s Center for Libraries and Education Improvement, Office of Educational Research and Improvement, convidou líderes de bibliotecas e da comunidade da ciência da informação para uma reunião. O objetivo era ajudar a lançar um projeto que seria conhecido como “Bibliotecas e Sociedade da Aprendizagem”. Quatro seminários, realizados em diferentes cidades dos Estados Unidos, examinaram como os segmentos ligados às bibliotecas e à ciência da informação poderiam responder ao documento *A Nation at Risk*.

Com base nas respostas dos participantes dos seminários e da reunião, 13 recomendações foram identificadas como pontos chave a serem desenvolvidos pelas bibliotecas:

1. ensino do uso eficaz dos recursos de informação nas escolas primárias e secundárias;
2. serviços de biblioteca de alta qualidade e recursos para todas as escolas primárias e secundárias;
3. normas mais vigorosas e mensuráveis para os serviços de comunicação da biblioteca escolar;



4. bibliotecas abertas para estudantes e residentes na área;
5. coleções de bibliotecas para informar bibliotecários e educadores sobre os desenvolvimentos recentes em suas respectivas áreas;
6. formação geral para os futuros especialistas em mídias das escolas;
7. salários competitivos para especialistas em mídia;
8. administradores escolares e professores cientes do papel dos centros de mídias;
9. fornecimento de um serviço de consultoria de recursos versátil em todas as bibliotecas;
10. atividades de biblioteca realizadas em programas de alfabetização de adultos;
11. avaliação da capacidade das bibliotecas em responder a propostas para a excelência no ensino e aprendizagem ao longo da vida;
12. desenvolvimento de planos de bibliotecas para compartilhar seus recursos;
13. e reforma e refinamento do recrutamento, preparação e formação continuada de bibliotecários e cientistas da informação.

Como resultado, combinado com o aumento da atenção dada à tecnologia e seu papel no acesso e manipulação de informações, muitas bibliotecas começaram a conduzir avaliações internas, visando aprimorar suas atividades. Para fazer parte do movimento de reforma, as bibliotecas precisavam ter um olhar à frente e desenvolver serviços, organizar recursos, criar políticas e procedimentos capazes de lidar com os desafios e oportunidades apresentados na Era da Informação. O letramento tornou-se uma espécie de grito de guerra para os bibliotecários. Termos como “a educação em biblioteca” e a “instrução bibliográfica” começaram a ser substituídos pela expressão “competência em informação”. (BEHRENS, 1994)

Em 1985 é publicado o Relatório *The White House Conference on Library and Information Services Task Force 6th Annual Report*, compi-

lado por Gladys Ann Wells. A força tarefa trazia os resultados da análise do progresso geral alcançado para a implantação das resoluções aprovadas pela Conferência sobre os Serviços de Informação e de Biblioteca da Casa Branca de 1979. Questionários individuais preenchidos pelos entrevistados de 45 estados e três territórios formaram a maior parte do relatório. Estes questionários forneceram informações sobre a legislação que autorizava os auxílios estatais a bibliotecas, legislação relacionada às bibliotecas, compartilhamento de recursos de alfabetização/educação, situação das bibliotecas escolares, atividades de cooperação, acesso à informação, esforços públicos de sensibilização, ampliação dos serviços de biblioteca para usuários e agenda proposta para 1989.

Em julho de 1985, a NCLIS realizou uma reunião informal com um pequeno grupo de convidados da área de bibliotecas, educadores, cidadãos preocupados e editores. O grupo foi convocado para discutir maneiras de definir, desenvolver e promover um programa educacional em biblioteca, voltado ao ensino de habilidades de informação a crianças e jovens. Após considerar várias alternativas, os participantes recomendaram o desenvolvimento de um documento concebido para proporcionar uma estrutura conceitual de análise do tema. Surgiu assim o documento “Educating Students to Think: the Role of the School Library Media Program”, documento que estabeleceu as bases para o pensamento crítico e o aprendizado ao longo da vida.

Em 1986, William Demo publica o documento “The idea of ‘Information Literacy’ in the age of High-Tech”. Para ele, a aceleração das rupturas tecnológicas, característica da era da informação, demandava habilidades superiores. Retomando o ponto de vista de Zurkowski e de Horton, Demo (1986) ressaltava as múltiplas dimensões da busca da informação e destacava a necessidade de não só educar os usuários de informação, mas também projetar sistemas de informação mais adequados.

Em março de 1987 acontece o The Arden House Symposium em New York e Patrícia Senn Breivik redige o texto de introdução dos Anais intitulado “Libraries and the Search for Academic Excellence”, apresentando com Gee Gordon o trabalho “Libraries and Learning”, onde argumentam



que o aprendizado de qualidade deveria basear-se em recursos (*resource-based learning*) e que, portanto, estaria centralizado no educando, incluindo o aprendizado de habilidades relacionadas ao acesso e avaliação crítica de informações pertinentes à resolução de problemas. Retomando o documento *A Nation at Risk*, os autores destacavam a importância de desenvolver a competência em informação para alcançar o aprendizado ao longo da vida e a atuação cidadã.

Também em 1987, Carol Kuhlthau publica a obra *Information Skills For na Information Society: A Review of Research* onde apresenta em seu segundo capítulo as características da competência em informação (*information literacy*) como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes direcionado pela necessidade de informação, integrado ao currículo por meio do aprendizado baseado em recursos (*resource-based learning*) e distinto da alfabetização no uso de computadores.

Em certo sentido, enquanto a educação de usuários e a orientação bibliográfica se ligavam a um pensamento moderno e estruturado, com ênfase nas estruturas conceituais e estratégias de pesquisa, a competência em informação representava essencialmente um pensamento pós-moderno, centrado no indivíduo e em seu processo de aprendizado, calcado no relativismo das certezas e dinamismo das TIC.

Fechando um ciclo, enquanto nos anos 1970 e 1980 os jovens defendiam seus pontos de vista e buscavam questionar o *status quo*, a geração de 1990 trazia consigo um pensamento bem mais conservador. Em relação à geração anterior, os jovens dos anos 1990 estavam mais ligados aos preceitos do liberalismo econômico.

No entanto, múltiplos eram os desafios nacionais a serem enfrentados. Grandes questões sociais requerem soluções multifacetadas e sistêmicas. (WEINER, 2011)

No final dos anos 1980, tais questões incluíam:

- a necessidade de reforma do ensino da pré-escola ao ensino superior;
- prontidão para o enfrentamento da realidade do trabalho por parte dos estudantes de graduação;

- aprendizagem ao longo da vida;
- construção de uma cidadania informada;
- necessidade de estruturar uma força de trabalho globalmente competitiva.

1989 - RELATÓRIO FINAL DO PRESIDENTIAL COMMITTEE ON INFORMATION LITERACY

Em muitos aspectos, a fase heroica da competência em informação em seus primórdios, havia terminado. Nascida dos anseios de jovens bibliotecários, aos poucos as “batalhas” foram sendo substituídas por diretrizes institucionalmente reconhecidas e consolidadas por estes mesmos profissionais, agora mais experientes e ocupantes de cargos mais elevados de gestão. Cada vez mais o movimento passou a ser *topdown*, por vezes teórico, político e normativo. Epítome desse momento, o Presidential Committee on Information Literacy constituído em meados de 1987 pela então presidente da ALA, Margaret Chisholm com três propósitos expressos:

1. definir a competência em informação (*information literacy*) dentre as competências mais elevadas e sua importância para o desempenho dos estudantes, para a aprendizagem ao longo da vida, e uma cidadania ativa;
2. projetar um ou mais modelos para o desenvolvimento das habilidades em informação adequadas aos ambientes formais e informais de aprendizagem ao longo tempo de vida das pessoas; e
3. determinar as implicações para a educação continuada e desenvolvimento de professores.

O Comitê, composto por líderes experientes da educação e da biblioteconomia, trabalhou ativamente para cumprir sua missão. Os membros do Comitê incluíam:

- Gordon M. Ambach, Diretor Executivo do Council of Chief State School Officers;



- William L. Bainbridge, Presidente da School Match;
- Patricia Senn Breivik, Diretora da Library of University of Colorado at Auraria Campus Denver;
- Rexford Brown, Diretor do Policies and the Higher Literacies Project Education Commission of the States;
- Judith S. Eaton, Presidente da Community College of Philadelphia;
- David Imig, Diretor Executivo da American Association of Colleges for Teacher Education;
- Sally Kilgore, Professor da Emory University (Diretor aposentado do Office of Research, U.S. Department of Education);
- Carol Kuhlthau, Diretora Educacional do Media Services Programs Rutgers University;
- Joseph Mika, Diretor da Library Science Program Wayne State University;
- Richard D. Miller, Diretor Executivo da American Association of School Administrators;
- Roy D. Miller, Assistente Executivo do Diretor da Brooklyn Public Library;
- Sharon J. Rogers, Bibliotecária da George Washington University;
- Robert Wedgeworth, Decano da School of Library Service Columbia University.

O propósito era congregar ideias sobre o desenvolvimento dos indivíduos e cidadãos na “Era da Informação” e estabelecer recomendações aplicáveis tanto para escolas do ensino infantil, fundamental e médio, por meio da American Association of School Librarians, e ensino superior, por meio da Association of College and Research Libraries.

O objetivo era também o de fortalecer o movimento da competência em informação a partir de figuras públicas proeminentes da educação, biblioteconomia, negócios e governo.

Exponentes nesse Comitê, Patrícia Senn Breivik e Carol Collier Kuhlthau destacam-se pela constante e histórica defesa da aprendizagem centrada no indivíduo e suas percepções, por meio do desenvolvimento da competência em informação (*information literacy*).

Patrícia Senn Breivik¹⁰ sempre estivera ligada, de algum modo, à gestão de instituições acadêmicas. Pautava-se pela visão integradora entre educação e biblioteca, por meio do aprendizado baseado em recursos (*resource-based learning*). Carol Collier Kuhlthau, por sua vez, consolidou sua carreira junto às instituições escolares. Defendia a aprendizagem centrada no educando, a partir do desenvolvimento de atividades baseadas em recursos e no pensamento crítico. A influência de ambas no Relatório Final foi marcante.

Em janeiro de 1989, é publicado o Relatório Final do Presidential Committee on Information Literacy, documento que serviria de base à disseminação da competência em informação como movimento mundial.¹¹

Uma análise mais aprofundada revela uma intenção social, de inclusão pelo acesso e uso crítico da informação, visando ao aprendizado ao longo da vida e atuação cidadã. Também é claro o vínculo estabelecido entre a aprendizagem, uso consciente da informação e qualidade de vida.

Inicia-se o Relatório instando os funcionários das instituições educacionais a incentivar o uso das bibliotecas. Para auxiliar os alunos a construir conhecimentos, habilidades e atitudes para se tornarem competentes em informação, seria necessário reestruturar “o processo de aprendizagem” para garantir que os estudantes desenvolvessem a competência em informação.

Apesar da ênfase na “Era da Informação”, a partir do texto, é possível observar as características próprias do conceito de pós-modernidade expressos no Relatório: visão da complexidade, cuja emergência deu-se por conta das tecnologias e dos primórdios do ciberespaço. (MONTEIRO; ABREU, 2009) Pessoas, acontecimentos, conhecimento e tecnologia estão conectados e coevoluem. Novas ideias e práticas se disseminam e alcan-

10 Breivik bibliography :<http://eric.ed.gov/?q=Patricia+Breivik&pg=2>.

11 Referências utilizadas no embasamento do Relatório estão listadas ao final deste capítulo.



çam uma dimensão coletiva, a partir de gatilhos que impulsionam eventos e fenômenos.

Nenhuma outra mudança na sociedade americana ofereceu desafios maiores do que o surgimento da Era da Informação. A informação está se expandindo a um ritmo sem precedentes e avanços extremamente rápidos estão sendo feitos nas tecnologias para armazenar, organizar e acessar a crescente onda de informações. O efeito combinado desses fatores forma uma base de informações cada vez mais fragmentada – extensos componentes que estão disponíveis somente para pessoas com dinheiro e/ou para instituições afiliadas. (ALA, 1989, tradução nossa)

Prossigue o texto, revelando a consciência e proclamando o direito de acesso à informação, considerando, porém, sua transitoriedade e inevitável obsolescência. A coexistência de distintas realidades e níveis informacionais aproxima necessidades pessoais e empresariais.

No entanto, em uma sociedade de informação todas as pessoas devem ter o direito à informação que pode melhorar suas vidas. Fora da super-abundância de informação disponível, as pessoas precisam ser capazes de obter informações específicas para atender a uma ampla gama de necessidades pessoais e empresariais. Estas necessidades são, em grande parte, impulsionadas tanto pelo desejo de crescimento pessoal e avanço, quanto pelas rápidas mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade americana. O que hoje é verdade, frequentemente está desatualizado no dia seguinte. Um bom trabalho hoje pode estar obsoleto no próximo ano. Para promover a independência econômica e qualidade existencial, é necessário manter-se informado e atualizado ao longo da vida [...]. (ALA, 1989, tradução nossa)

O documento continua com a marcante frase:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e tem a capacidade de localizar, avaliar e utilizar eficazmente a informação necessária. [...] Em última análise, pessoas compe-

tentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Eles sabem como aprender porque sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação, e como usar a informação de tal forma que os outros possam aprender com eles. Eles são pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida, porque eles sempre podem encontrar as informações necessárias para qualquer tarefa ou decisão. (ALA, 1989, tradução nossa)

Em síntese, o trecho acentua o conceito da competência em informação como algo dinâmico baseado no aprender a aprender que, por sua vez, é requisito fundamental para o aprendizado ao longo da vida. Implícito no texto está a consciência de que os requisitos para uma vida produtiva, saudável e satisfatória mudavam a cada dia e a única forma de responder eficazmente a essa realidade em constante mutação era desenvolver pessoas competentes em informação.

Frente aos desafios da sociedade, do trabalho e da economia, o que costumava ser uma educação de qualidade, baseada na retenção de um conjunto de informações e conhecimentos, não é mais suficiente, tampouco eficiente. O desenvolvimento da competência em informação surge como caminho e como resposta ao enfrentamento dessa nova realidade.

O maior obstáculo à promoção da competência em informação é a falta de sensibilização do público para os problemas criados pelo analfabetismo em informação. A necessidade de aumento dos níveis de competência em informação em todos os aspectos da vida das pessoas, nos negócios, na família e nas responsabilidades cívicas deve ser levada ao conhecimento do público, de forma contundente. [...] O Comitê deve servir como uma rede educacional para as comunicações, unindo esforços educacionais relacionados, desenvolvimento de liderança, e efetuar a mudança. (ALA, 1989, tradução nossa)

Esse trecho do Relatório enfatiza a importância da coalisão, do engajamento e do trabalho dos agentes bibliotecários, educadores, administradores e políticos. O documento também demonstra a necessidade de estabelecimento de uma agenda nacional de pesquisa que englobe, entre outros temas:



- os efeitos sociais da leitura;
- efeitos da mídia eletrônica sobre a leitura;
- características e utilidade dos meios de informação (formato, tamanho, idade);
- variação do uso da informação de acordo com diferentes disciplinas/ áreas;
- competências de gestão de informação e desempenho do aluno;
- papel da competência em gestão da informação para o progresso econômico e social das minorias;

O Relatório pontua também que são necessárias pesquisas para promover uma sofisticada compreensão de toda a gama de assuntos e processos relacionados à geração, distribuição e uso de informações, para que as bibliotecas possam cumprir suas obrigações junto aos usuários.

“Secretarias Estaduais de Educação, Comissões de Ensino Superior, e Grupos Acadêmicos devem ser responsáveis por garantir que um clima propício aos alunos em seus processos de desenvolvimento da competência em informação[...].”

As recomendações do Comitê incluem:

- novas pesquisas sobre cognição e habilidades de pensamento devem ser incorporadas desenvolvimento de competências pedagógicas;
- todos os programas devem integrar a competência em informação por meio da individualização, com professor e estudante definindo problemas, questionando, promovendo a aprendizagem cooperativa, na qual devem constar estudos de caso e recursos de informação de toda a escola e comunidade;
- nas disciplinas, é preciso enfatizar uma abordagem de resolução de problemas e desenvolvimento de um nível sofisticado de habilidades de gerenciamento de informações adequadas para cada uma delas;

- programas de formação de professores devem incluir a capacidade de cada candidato de usar bancos de dados selecionados, redes, materiais de referência, pacotes de *software* de administração e de instrução, e novas formas de tecnologias de aprendizagem.¹²

A partir da publicação do Relatório, diversas iniciativas surgiram tanto em âmbito local quanto mundial, documentos, manifestos e declarações, mas, principalmente, normativas, corroborando a importância do movimento.

O Quadro 1 a seguir apresenta um cronologia documental a respeito da competência em informação, de acordo com as premissas do capítulo.

Quadro 1 – Cronologia geral de documentos sobre competência em informação

1989	Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential
1998	A Progress Report on Information Literacy: An Update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/progressreport
2000	Information Literacy Competency Standards for Higher Education. http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf
2001	Information Literacy Instruction: A Model Statement for Academic Librarians. http://www.ala.org/acrl/standards/objectivesinformation
2003	Prague Declaration Towards an Information Literate Society. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf
2005	Beacons of the Information Society: The Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning. http://www.ifla.org/publications/beacons-of-the-information-society-the-alexandria-proclamation-on-information-literacy
2006	Information Literacy Standards for Science and Engineering/Technology. http://www.ala.org/acrl/standards/infolitscitech

¹² Devido à extensão do documento, nem todas as recomendações foram aqui apresentadas.



2007	Standards for 21st –Century Learner. http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/guidelinesandstandards/learningstandards/AASL_LearningStandards.pdf
2008	Information Literacy Standards for Anthropology and Sociology Students. http://www.ala.org/acrl/standards/anthro_soc_standards
2009	Obama National Information Literacy Awareness Month. http://infolit.org/national-information-literacy-awareness-month-is-october/
2010	Common Core Standards integrated research and media skills. http://www.corestandards.org/assets/CCSSI_ELA%20Standards.pdf
2010	Psychology Information Literacy Standards. http://www.ala.org/acrl/standards/psych_info_lit
2011	DigitalLiteracy.gov website http://www.digitalliteracy.gov/
2011	Information Literacy Standards for Teacher Education. http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/ilstandards_te.pdf
2011	IFLA Media and Information Literacy Recommendations. http://www.ifla.org/publications/ifla-media-and-information-literacy-recommendations
2011	Information Literacy Competency Standards for Journalism Students and Professionals. http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/il_journalism.pdf
2012	The ACRL Information Literacy Competency Standards for Higher Education Task Force. http://www.ala.org/acrl/aboutacrl/directoryofleadership/taskforces/acr-tfilcshe
2012	Characteristics of Programs of Information Literacy that Illustrate Best Practices: A Guideline. http://www.ala.org/acrl/standards/characteristics
2012	The Moscow Declaration on Media and Information Literacy. http://www.ifla.org/publications/moscow-declaration-on-media-and-information-literacy

2013	Information Literacy Competency Standards for Nursing. http://www.ala.org/acrl/standards/nursing
2014	Paris Declaration on Media and Information Literacy in the Digital Era. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/paris_mil_declaration.pdf
2015	Framework for Information Literacy for Higher Education. http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework

Fonte: Elaborado pela autora.

CONCLUSÕES

A análise de forças de influência, motivação ou catalisação auxilia na compreensão das condições que levaram às situações vivenciadas e permitem intervenções inteligentes capazes de gerar mudanças estruturais e políticas que reordenam sistemas e práticas. Não é possível ignorar a história como variável explicativa relevante para os movimentos sociais, políticos e econômicos, seja em âmbito geral, seja no âmbito da biblioteconomia e ciência da informação. Políticas públicas são estruturadas a partir de tais processos históricos, dinâmicos e complexos que, em geral resultam em diretrizes, padrões de conduta e normas.

A institucionalização da competência em informação nos Estados Unidos foi viabilizada pela participação ativa de profissionais da informação, pela criação de instituições fortes e sustentáveis e pela proposição de políticas públicas direcionadas à solução de problemas reais. O Relatório Final do Presidential Committee on Information Literacy foi um divisor de águas, fruto de uma trajetória histórica, cultural e conjuntural, que permitiu que o movimento da competência em informação alcançasse proporções mundiais.

Ainda assim, é mister pontuar que a competência em informação não se estabelece a partir do atendimento a um conjunto de requisitos, pois se baseia na constante mobilização de um conjunto de conhecimentos, habi-



lidades, atitudes e recursos voltados a um propósito, uma utilidade, uma decisão ou busca de solução para um desafio informacional. Por esse motivo, não pode se limitar à biblioteca ou ao bibliotecário.

Também se enganam os profissionais que restringem a competência em informação aos estágios iniciais do processo informacional e de aprendizado. Não pode ser compreendida apenas no âmbito da identificação, busca, localização e análise de informações, pois não prescinde do sujeito, da situação, de seu objetivo ou motivação. Somente a compreensão mais profunda do conceito permite a necessária transição da racionalidade instrumental para a racionalidade substantiva que não ignora o que é valorizado em uma nação. Com isso em mente, é preciso destacar que a simples importação de conceitos e aplicação de práticas “estrangeiras” a contextos diferentes sem os devidos cuidados, resulta em artificialismos, com pouco aproveitamento real.

A exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, o desafio consiste em buscar a institucionalização da competência em informação em âmbito nacional, tomando por base nossa história. Compreender como se deu o desenvolvimento do país, do sistema educacional e de trabalho, levando em conta as necessidades sociais e econômicas das populações locais e sua diversidade, assim como conhecer os meandros políticos são pontos essenciais, que não prescindem da necessária mobilização de bibliotecários, educadores e gestores.

Finalmente, cumpre destacar que o Brasil caminha muito bem em direção à institucionalização do movimento de competência em informação, a partir do esforço contínuo e abnegado de bibliotecários, docentes e estudantes que perseveraram na consolidação de um modelo nacional, capaz de integrar agentes e ações educativas, sociais, empresariais, governamentais e políticas.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION-ALA. *Presidential Committee on Information Literacy: final report*. Washington, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- BELL T. H. *Communication to CU President E. Gordon Gee*. [S.l.], Sept. 1986.
- BELL, C. On the road to information literacy: from start to ...progress. *OLA Quarterly*, Corvallis, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7710/1093-7374.1575>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BEHRENS, S. J. A conceptual analysis and historical overview of information literacy. *College & Research Libraries*, Chicago, v. 55, n. 4, p. 309-323, 1994.
- BOYER, E. L. *College: the undergraduate experience in America*. New York: Harper & Row, 1987.
- BREIVIK, P. S. Resources: the fourth. *Community College Frontiers*, Springfie
- BURCHINAL, L.G. *The Communications Revolution: America's Third Century Challenge*. In: THE FUTURE of Organizing Knowledge: Papers Presented at the Texas A & M University Library's Centennial Academic Assembly, 1976. College Station: Texas A & M University Libraries, 1977. Disponível em: <http://personalpages.manchester.ac.uk/staff/drew.whitworth/burchinal_the_communications_revolution.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- CLEVELAND, H. *The knowledge executive: leadership in an information society*. New York: Dutton, 1985.
- CROSS, K. P. A proposal to improve teaching or what taking teaching seriously should mean. *AAHE Bulletin*, Washington, v. 39, n. 1, p. 10-11, Sept. 1986.
- DEMO, W. *The idea of "information literacy" in the age of high-tech*. New York: Tompkins Cortland Community College Dryden, 1986. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED282537.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- DURRANCE, J. C. *Armed for action: library response to citizen information Needs*. New York: Neal-Schuman, 1984.
- GILTON, D. Information literacy instruction: a history in context. *Young Adult Library Services*, Chicago, v. 6, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://>



- www.uri.edu/artsci/lsc/Faculty/gilton/InformationLiteracyInstruction-AHistoryinContext.htm>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- GORDON, G. E.; BREIVIK, P. S. *Libraries and learning*. In: GORDON, G. E.; BREIVIK, P. S. *Libraries and the search for academic excellence*. New York: Scarecrow Press, 1987. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED284593.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- HAMELINK, C. J. An alternative to news. *Journal of Communication*, New York, v. 26, n. 4, p. 120-124, 1976.
- HORTON JUNIOR, F. W. Information literacy advocacy: woody's ten commandments. *Library Trends*, Urbana, v. 60, n. 2, p. 262-276, 2011. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/31876/60.2.horton.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- HORTON JUNIOR, F. W. Information literacy versus computer literacy. *Bulletin of the American Society for Information Science*, Washington, v. 9, n. 4, p. 14-16, Apr. 1983.
- KELLY, J. P. G. Zurkowski and information literacy: on his trip to the first European Conference on Information Literacy (ECIL). *Journal of Information Literacy*, London, v. 7, n. 2, Dec. 2013. Disponível em: <<http://jil.lboro.ac.uk/ojs/index.php/JIL/article/download/CC-V7-I2-2013-2/1882>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- KULHTHAU, C. C. *Information Skills For an Information Society: a review of research*. Syracuse: ERIC Clearinghouse on Information Resources, Syracuse University, 1987. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED297740.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- LATHEM, E. C. (Ed.). *American libraries as centers of scholarship*. Hanover, N.H.: Dartmouth College, 1978.
- LIBRARY JOURNAL. [S.l.: s.n.], v. 104, Sept. 1979.
- LIBRARIES and the war. Chicago: ALA, 1942.
- MANCALL, J. C.; AARON, S. L.; WALKER, S. A. Educating students to think: the role of the school library media program. SLMQ, [S.l.], v. 15, n. 1, 1986. Disponível em: <http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org/aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/edchoice/SLMQ_EducatingStudentstoThink_InfoPower.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MEYER, H. E. *Real World Intelligence: organized information for executives*. New York: Weidenfeld & Nicholson, 1987.

MONTEIRO, S. D.; ABREU, J. G. O pós-moderno e a organização do conhecimento no ciberespaço: agenciamentos maquínicos. *DataGamaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 10, n.6, p. 1-7, dez. 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez09/Art_05.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015

NEWMAN, F. *Higher education and the American resurgence*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1985.

OWENS, M. R. State government and libraries. *Library Journal*, New York, v. 101, n. 1, p. 19-28, 1976.

PROLOGUE and Major Recommendations of Carnegie Foundation's Report on Colleges. *Chronicle of Higher Education*. [S.l.], v. 33 n. 10, p. 16-22, Nov. 1986

RADER, H. B. Information literacy 1973-2002: a selected literature review. *Library Trends*, Urbana, Ill, v. 51, n. 2, p. 242-259, 2002. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.514.6869&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

TAYLOR, R. S. Reminiscing about the future. *Library Journal*, New York, v. 104, p. 1895-1901, Sept. 1979.

TCHOBANOFF, J. B. The Impact Approach: value as measured by the benefit of the information professional to the parent organization. In: PRESIDENT'S task force on the value of the information professional. Anaheim: Special Libraries Assn., 1987.

UNITED STATES. *A nation at risk: the imperative for educational reform*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1983.

WEINER, S. How information literacy becomes policy: an analysis using the multiple streams framework. *Library Trends*, Urbana, Ill., v. 60, n. 1, p. 297-311, 2011. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/library_trends/v060/60.2.weiner.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

ZURKOWSKI, P. G. Information and economy. *Library Journal*. [S.l.], v. 104, n. 16, Sept. 1979.

ZURKOWSKI, P. G. *Motion of Information Industry Association for Leave to File Brief Amicus Curiae and Brief of Information Industry Association*



Amicus Curiae [in the Case of Donald Goldstein et. al. v. State of California, in the Matter of State vs. Federal Copyright Infringement Remedies.] In the Supreme Court of the United States. [S.l.], Oct. 1971. Disponível em: <<http://eric.ed.gov/?id=ED068106>>. Acesso em: 15 abril 2015.

ZURKOWSKI, P. G. *The Information Service Environment Relationships and Priorities. Related Paper No. 5. da National Commission on Libraries and Information Science.* [S.l.], Nov. 1 974. Disponível em: <<http://eric.ed.gov/?id=ED100391>>. Acesso em: 15 abr.2015.